

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : MARIA LUCIA GOMES DA SILVA  
**AGRAVANTE** : ANA CRISTINA VIEIRA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : MARIANA QUEIROZ DE SOUZA LIMA E OUTRO(S)  
- PE028395  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE  
SEGUROS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO E OUTRO(S) -  
PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS -  
PE028240

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator